

publica *CORREIO BRAZILIENSE* Governo negocia para evitar intervenções

14 AGO 1996
Marcelo de Moraes

Da equipe do Correio

O governo iniciou as negociações para tentar resolver o problema das dívidas de cada estado. Desde a semana passada o presidente Fernando Henrique Cardoso tem conversado com integrantes da sua equipe econômica para procurar a melhor maneira de tentar impedir que os estados quebrem e sofram intervenções federais por absoluta falta de recursos.

Mesmo sem ter ainda uma solução concreta para situações difíceis, como a de Alagoas, a ordem no governo é estudar a particularidade de cada problema.

“A idéia do governo é a de tentar resolver todas as complicações. Existe uma vontade política para isso”, revela Êlcio Alvares (PFL-ES), líder do governo no Senado.

A decisão é confirmada pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso: “A linha de ação será a de cada caso é um caso”, conta.

Na sexta-feira o primeiro caso teve solução encaminhada. O presidente recebeu, às 16h, no Palácio do Planalto, o governador do Mato Grosso do Sul, Wilson Martins. Com ele foram também os senadores Ramez Tebet (PMDB), Levy Dias (PPB) e Lúdio Coelho (PSDB).

PRIVATIZAÇÃO

“O presidente foi claríssimo. Ele disse que tinha chegado a hora de se resolver o problema da dívida dos estados. No caso de Mato Grosso do Sul, ele não deixou dúvidas. Deu ordem para que se resolvesse o problema”, diz Tebet.

No caso de Mato Grosso do Sul, a solução passa pela desestatização de companhias locais. O governo fede-

ral ajuda no pagamento dos encargos da dívida — cuja taxa baixaria de 45% para 15% — e o estado se comprometeria a privatizar a Enersul (companhia de energia elétrica) e a Sanesul (companhia de água e de saneamento).

Para São Paulo, a situação começou a melhorar ontem. Foi mantida a íntegra, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, do projeto de resolução que autoriza o Estado a emitir R\$ 705 milhões em títulos do Tesouro. Temendo problemas, na quinta-feira passada os líderes haviam retirado a matéria do plenário. Dessa vez, a CAE rejeitou a emenda do líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), que excluía do texto o reembolso, pedido por Covas, da sexta parcela da dívida, já paga com recursos orçamentários. Só três senadores apoiaram a emenda e o projeto deve ser votado amanhã em plenário.

DESCONFIANÇA

Apesar de algumas críticas, os senadores sabem que a crise é nacional e é necessária uma boa dose de boa vontade com os estados. “O problema é que todos os estados estão numa situação ruim. Enquanto as taxas de juros estiverem altas fica difícil o governo encontrar uma solução que resolva esse problema de uma vez. São encontrados paliativos”, analisa o senador José Fogaça (PMDB-RS).

No caso de Alagoas o problema é mais complicado porque o estado tentou sair da crise negociando um empréstimo externo. Com o assassinato de PC Farias e com o clima de desconfiança que desabou sobre a polícia local, os investidores desistiram do negócio. “A situação de Alagoas é mais peculiar porque não há estatais para se privatizar”, diz Êlcio Alvares.